

## **CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE VITÓRIA: DEMOLIÇÃO E APAGAMENTO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DO BISPADO ESPÍRITO SANTENSE**

**Convent of St. Francis of Vitoria: demolition and appartation of history  
through of the bishopric of Espirito Santo**

**Andrea Aparecida Della Valentina** (Doutoranda em Educação-UFES)

**Aissa Afonso Guimarães** (Doutora em Comunicação e Cultura-UFRJ)

**Marcelo Mattos Gandini** (Mestre em Educação-UFES)

### **Resumo**

O antigo Convento de São Francisco de Vitória construído no século XVI, e localizado no centro histórico da capital, cujo último frei morreu em 1909, foi entregue ao recém-criado bispado de Vitória em 1898, e teve demolida sua igreja conventual em 1926, além de alterações na capela dos Terceiros; retábulos e nichos desapareceram e o conjunto de imagens, alfaias e mobílias se dispersou. Durante os mais de 335 anos em que o convento esteve em funcionamento, ele desempenhou importantes papéis não só no âmbito da religiosidade, mas também da cultura e da sociedade local, oferecendo aulas, servindo de enfermaria, fornecendo água de sua fonte e cedendo espaço de seus terrenos para um cemitério público. Em especial, nesse artigo, através de cartas, recortes de jornais e de livros manuscritos, vamos discutir sobre seu desmonte, que ocorreu através da gestão de três bispos diocesanos que atuaram no ES, e que não impediram sua demolição.

**Palavras-chaves:** Convento de São Francisco; bispado; demolição

### **Abstract**

The former Convent of St. Francis of Vitoria built in the sixteenth century and located in the historic center of Vitoria's capital. Whose last friar died in 1909, was delivered to the newly created bishopric of Vitoria in 1898, and had demolished its convent church in 1926. In addition to alterations in the chapel of the Thirds, altarpieces and niches disappeared and the set of images, tools and furniture was dispersed. During the more than 335 years in which the convent was in operation, it played important roles not only in the context of religiosity, but also in local culture and society, offering classes, serving as an infirmary, providing water from its source and ceding space from its land to a public cemetery. In particular, in this article, through letters, newspaper clippings and manuscript books, we will discuss its dismantling, which occurred through the management of three diocesan bishops who worked in the Espirito Santo, and did not prevent its demolition.

**Keywords:** Convent of St. Francis; bishopric; demolition

## **Introdução**

A história do convento de São Francisco de Vitória é de grande importância não só para a religiosidade no Espírito Santo, mas, para o Brasil, considerando-se que se trata do primeiro convento da região norte da Província Franciscana da Imaculada Conceição. Conhecer sua história revela muito da religião local, bem como das relações de poder entre as várias camadas sociais participantes das associações religiosas que tinham sede na igreja da Ordem Primeira dos franciscanos, e na capela da Ordem Terceira da Penitência.

Através do exame da documentação referente ao convento, podemos perceber as mudanças na religiosidade capixaba, com o progressivo controle por parte do bispado e das associações laicas que faziam parte desse contexto. Isso se refletia em um abandono cada vez maior das procissões, que se estendeu às imagens e mesmo ao espaço físico, culminando na demolição do convento franciscano. Uma nova forma de viver e de exibir a religiosidade entrava em cena no século XX, afastada dos modos coloniais, e que se revelou um tanto indiferente à própria construção secular, e sim, mais preocupada na constituição de lugares de culto que se vinculavam às tradições européias, a exemplo da nova catedral, que teve iniciada sua construção nos anos 20, em estilo neogótico, que arrebatou a atenção dos bispos e de governantes locais, como veremos.

## **Presença dos Franciscanos no Espírito Santo**

O primeiro franciscano de que se tem notícia na então capitania, foi o irmão Pedro Palácios, que chegou à atual cidade de Vila Velha em 1558. Frei Pedro levou uma vida ao mesmo tempo contemplativa e evangelizadora pelas terras capixabas, e construiu uma capela dedicada a São Francisco em 1562, que também lhe serviu de moradia. Embora ele esteja nas origens da fundação do convento de Nossa Senhora da Penha, este estabelecimento só teve sua construção iniciada de fato em 1650. Até então, havia apenas uma ermida também levantada por frei Pedro de 1566 a

1570. Neste ano, frei Pedro realizou a primeira festa da Penha, e faleceu (BAHIENSE, 1951, p. 37).

Assim, a fundação do convento franciscano de Vitória acabou precedendo à do convento de Vila Velha, e não houve relação direta entre elas. Isso pode se explicar pelo fato de que a presença de frei Pedro Palácios não representava de fato a Ordem. Ele não havia vindo em missão oficial, como foi o caso dos dois franciscanos enviados pelo Custódio da Ordem, frei Melquior de Santa Catarina, em resposta ao pedido do donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho (RÖWER, 1957, p. 28). Mas, quando chegaram à capitania em novembro de 1589, os dois emissários franciscanos – frei Antônio dos Mártires e frei Antônio das Chagas – não mais encontraram vivo o donatário, sendo acolhidos por sua viúva D. Grimalda<sup>1</sup> (ROWER, 1947, p. 57).

Somente no ano de 1590, os dois freis escolheram o local definitivo para instalação do convento, e, para o início das construções, eles contaram com auxílio da população local e a mão de obra escrava. Tratava-se de um lugar chamado hoje de Fonte Grande, na época, era de difícil acesso, com vista para a baía de Vitória. Alguns séculos mais tarde, em 1818, quando Auguste de Saint-Hilaire<sup>2</sup> (2002, p. 41) visitou Vitória e o convento de São Francisco, um de seus poucos comentários ao conjunto arquitetônico foi que ele “nada tem de notável, salvo sua localização”. A grande vantagem daquele sítio era a proximidade de uma fonte de água de qualidade, no morro da Fonte Grande. Sua construção foi iniciada em 1591, e em 2 de agosto de 1595 celebrou-se na igreja, a primeira missa (RÖWER, 1947, p. 58). A igreja da Ordem era pequena, e a Capela da Ordem Terceira da Penitência, localizada à esquerda da Igreja Conventual, comunicava-se internamente com esta através de uma abertura em arco.

Nos terrenos dos franciscanos, com data incerta de construção, foi levantada uma Capela dedicada a Nossa Senhora das Neves com planta em cruz, com paredes

---

<sup>1</sup> Para outros autores: Luisa Grimaldi. DERENZI, Luiz Serafim. Biografia de uma ilha, 1965. Vasco Fernandes Coutinho não deixou filhos de seu casamento com Luisa Grimaldi, que assumiu o governo assistida pelo capitão de ordenanças, Miguel de Azevedo.

<sup>2</sup> Saint-Hilaire chegou ao Brasil em 1816 acompanhando a missão do Duque de Luxemburgo, com a aprovação do Museu de História Natural de Paris, para estudar a natureza brasileira.

com cerca de 70 centímetros de largura, erguidas com pedra e barro misturado a conchas (MAIA, 1987, p. 25).



Convento de São Francisco de Vitória. Centro Histórico. Vitória- ES. s/d. Arquivo Público Municipal.

Além da atuação religiosa, os franciscanos realizavam intenso trabalho social nas dependências do convento franciscano em benefício dos moradores da cidade. Por exemplo, os freis captavam água através de um aqueduto que conduzia a água da fonte do Morro da Fonte Grande para a cozinha conventual, que por sua vez, alimentava um chafariz encostado no muro, situado na Rua Coronel Monjardim, para abastecimento da população (MAIA, 1987, p.35). Em suas dependências no ano de 1740, havia aulas de artes e ofícios, e em 1783, a pedido da Câmara, foi ministrado um curso de filosofia pelo frei Antônio da Natividade, e, em 1860, as aulas do Lyceo foram transferidas para uma das suas salas. Outra atuação importante dos freis ocorreu durante a epidemia de cólera - em janeiro de 1856 instalou-se uma enfermaria nas dependências conventuais.

O convento franciscano, que possuía cemitério para os irmãos Terceiros e para a Irmandade de São Benedito (que lá funcionava) e ainda fazia enterros de guardiões

e freis (tanto dos de Vitória como os da Penha<sup>3</sup>) no seu claustro, cedeu espaço do seu terreno, a pedido do Barão de Itapemirim, para a instalação de um cemitério em 1856. Para os moradores, esse cemitério foi muito importante, porque os que havia eram particulares, pertencentes às igrejas do Rosário e do Carmo, à Santa Casa de Misericórdia, além dos do convento franciscano.

A ação dos laicos se intensificou a partir do momento em que o convento ia entrando em decadência, no final do século XIX. Mas desde o início da presença franciscana em Vitória havia uma grande interação da população com o convento, pois os frades disponibilizavam, por exemplo, espaço para atividades religiosas praticadas pelos leigos (CARNIELLI, 2006, p. 188).

### **Decadência da Ordem Franciscana**

O imperador D. Pedro II quando esteve em Vitória, em 1860, visitou o convento de São Francisco, e escreveu em seus relatórios a respeito da sua decadência e da má escolha do local para cemitério e da excessiva despesa que se fez com ele. E, ainda, a respeito da “velha casa já arruinada”, que “a torre e parte das paredes do fundo, em pé na área de devastação assinalam o local das extensas acomodações da casa conventual, cozinha, enfermaria e aposentos dos hóspedes seculares” (OLIVEIRA, 1975, p. 383). Ao longo do país, havia se iniciado a decadência da Ordem.

Já no século XVIII, de acordo com leis vindas de Portugal, e com o regime do Padroado, as Ordens religiosas tinham que ter seus decretos aplicados somente após aprovação pelo Estado, sendo proibidos os recursos a Roma (SILVA, 2000, p. 102), havia um número limitado de frades por convento, as dificuldades se estenderam para outros aspectos estruturais que envolviam a Ordem, culminando inclusive em animosidades envolvendo seus superiores. Resultando em intervenção do Rei, que exigiu do Ouvidor Geral do Rio de Janeiro que efetivasse uma devassa

---

<sup>3</sup> Sob a direção de Frei Lourenço de Jesus, os ossos de frei Pedro Palácios foram trasladados para o Convento de S. Francisco de Vitória a 18 de fevereiro de 1609, “sob vigorosos protestos dos vila-velhenses”. BAHIENSE, Norbertino. O Convento da Penha, um templo histórico, tradicional e famoso 1534 a 1951. Vitória: ETV, 1951.

no Espírito Santo, exprimida por Carta de 27 de fevereiro de 1726 (RÖWER, 1957, p. 54).

No ano de 1870, a Província da Imaculada Conceição se reduziu a seis religiosos. Existiram também causas internas para o enfraquecimento da vida de religiosos, pela inobservância da Regra, fugas de frades que transitaram de uma para outra Ordem, abusos, mediante licenças especiais que, se tinham a reprovação e o protesto de seus superiores, iam, porém, relaxando a disciplina regular dos conventos, e com isso, colaborando também para dissolução da vida religiosa (MIRANDA, 1976, p. 92).

Nenhum estudo e tampouco nenhuma fonte documental revela explicitamente as intenções do bispado espírito-santense para com o convento de São Francisco de Vitória. Iremos, portanto, nos ater mais aos aspectos materiais dessa “convivência” difícil e que acabará com a demolição do convento em 1926. Esta afirmação, que não lemos em nenhum título da bibliografia sobre o assunto, não pode, no entanto, ser negada, a partir do momento em que ambos os conventos da Ordem Franciscana no Espírito Santo, passaram a fazer parte do patrimônio da diocese enquanto bem patrimonial. A maior resistência ficou a cargo de frei João do Amor Divino, que só se calou com sua morte, em 1909, aos 80 anos, e também das devoções e irmandades lá sediadas.

## **OS FRANCISCANOS E O PRIMEIRO BISPO - D. JOÃO BAPTISTA CORREA NERY**

A Igreja católica, motivada a conquistar espaço se expandiu através do poder eclesiástico, efetivando a criação de dioceses<sup>4</sup> (MICELI, 1988, p. 59-79). Nesse processo se inclui o Espírito Santo, que teve sua Diocese criada em 15 de Novembro de 1895, sendo D. João Baptista Correa Nery o primeiro bispo, que só chegou ao Espírito Santo em 1897; que assim permaneceu até 1901. Em um primeiro momento, D. Nery elaborou um questionário com doze perguntas para

---

<sup>4</sup> Entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelados e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. Diocese é a divisão territorial entregue à administração eclesiástica de um bispo, que exercerá sua jurisdição.

todas as paróquias do Estado para conhecer seus aspectos históricos e numéricos. As perguntas tratavam da data de elevação da paróquia, localização geográfica, número de habitantes, Irmandades existentes e as capelas filiais à Matriz.

Em Vitória, esse questionário foi respondido em 06/07/1897 pelo vigário da Vara Monsenhor Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, que na época estava também à frente da Paróquia de São João de Carapina. De acordo com o Livro de Registro de Histórico das Paróquias da Diocese do Espírito Santo (1894-1897, p. 21), destacamos a 11ª resposta do vigário de Vitória, que escreve:

[...] a vida do povo é boa e o espírito religioso bem accentuado. A religião católica porém parece limitar-se quase que exclusivamente ao culto externo: são religiosos em geral mais por habito, do que por convicção; porquanto ninguém se dedica a conhecer a religião e sem o conhecimento não pode haver convicção.

Monsenhor Pedrinha descreve ainda a necessidade de recursos financeiros para executar obras, como a fundação de uma escola para meninos e meninas para ser ministrada catequese; exprime a necessidade de se utilizar o púlpito com uma “sabida instrução”, além da elaboração de um “jornalzinho cathólico” desde que oficial, da Diocese. Para Pedrinha, essas seriam as armas para combater os abusos<sup>5</sup> das Irmandades e as “manhas ardis da maçonaria” que ganhava adeptos na cidade. Essas foram as primeiras informações passadas para D. Nery acerca do espírito religioso dos habitantes de Vitória.

Tomando posse da diocese, D. João Baptista Correa Nery anunciou através de Carta Pastoral (1897, p. 3), sua primeira visita diocesana declarando que desejava conhecer a todos pessoalmente, avaliar as carências espirituais do povo, para então tomar medidas possíveis, de acordo com as necessidades de cada freguesia, capela ou igreja. E para isso, informou que estava aberta a “Sagrada Visita”, com início na segunda quinzena de setembro de 1897, começando pelo sul do estado.

E, relatou ainda, nessa mesma Carta Pastoral (1897, p. 8), a preocupação com a missa e comunhão dos fiéis, o sacramento da crisma, a catequese para as crianças e a realização da primeira comunhão e reza do terço à Nossa Senhora. Nos

---

<sup>5</sup> Eram considerados abusos, não pedir autorização para a realização de leilões e festas do santo padroeiro, ou para a realização de procissões.

relatórios por ele redigidos, havia disposições, entre outras coisas, a respeito de como deveria estar arrumada a igreja para a recepção do bispo e de como deveriam ser dispostas as alfaias<sup>6</sup>, tudo segundo os Sagrados Cânones.

Em sua visita pastoral ao convento de São Francisco de Vitória, no dia 5 de Janeiro de 1898, visitou primeiro a Capela da Ordem Terceira da Penitência. Como nas demais igrejas, relatou seus pertences, alfaias, imagens, mobílias em geral, e no final escreveu no livro Tombo Paróquia Nossa Senhora da Conceição (1897-1947. p. 5), que a “Ordem Terceira da Penitência se achava decadente sem compromissos e com comparecimento de poucos confrades”. Como observa Pe. Adwalter Canielli, a partir das visitas, D. João Nery pôde pessoalmente se inteirar de toda situação de abandono e decadência em que se encontravam ambos os conventos franciscanos - o de Vitória e o de Vila Velha (CARNIELLI, 2006, p. 118).

D. Nery relata no Livro de Registro de Histórico das Paróchias da Diocese do Espírito Santo (1894-1897, p. 20), a existência das seguintes capelas filiadas à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, sendo escolhida e elevada a Igreja Matriz à categoria de Catedral: “Santa Luzia, São Gonçalo ou Igreja da Bôa Morte, N. S do Rosário, S. Thiago e Misericórdia”. Ele também relata a existência de uma capelinha no Hospital da Misericórdia, e em seguida lista as igrejas: a da Ordem Terceira da Penitência, a de São Francisco, a da Ordem Terceira do Carmo e a do convento do Carmo, sendo esta última pertencente ao Bispado. D. João Nery não mencionou a capela de Nossa Senhora das Neves localizada nos terrenos do convento de São Francisco, porque imaginamos que ela estivesse desativada na época, sendo mudado seu uso, servindo de necrotério, em virtude do cemitério instalado no seu entorno, desde 1856.

Segundo Röwer (1957, p. 66), D. João Baptista Correa Nery, desejando estabelecer na Diocese um seminário para cultivar vocações sacerdotais se voltou para o abandonado convento franciscano, na época já vazio e em péssimo estado de conservação. Após consultar os superiores da Ordem, dirigiu-se ao papa Leão XIII pedindo a transferência do mesmo para a recém criada Diocese (mas por aquela lei

---

<sup>6</sup> Alfaias são objetos investidos de um caráter sagrado, e que servem de uso pessoal a exemplo das vestes e dos paramentos litúrgicos, até os artefatos de ourivesaria, como os vasos sagrados e ainda objetos como enfeites, adornos e jóias.

Decreto de Leão XII de 3 de Setembro de 1891), que assim o fez, incluindo também o convento da Penha em Vila Velha. Em 14 de março de 1898, as edificações franciscanas foram entregues à Mitra Diocesana pela Santa Sé<sup>7</sup>, conforme Edital sob título “Os Conventos”, com data de 17 de março de 1899:

A O exm, sr. D. João Nery, bispo desta diocese, tomou posse dos conventos da Penha e S. Francisco, em virtude de ordem da Santa Sé, que por intermédio da Internunciatura Apostólica no nosso paiz, foi cumprida. É do seguinte theor o acto do Internuncio: Internunciatura Apostólica no Brasil. N. 927 – Nós, d. José Macchi por mercê de Deus e da Sé Apostólica, arcebispo de Thessalonica Internuncio Apostólico e Legado Extraordinário. A todos e a cada um dos que possa interessar a presente carta, fazemos saber e attestamos que o S.S. Padre, por divina providencia Papa Leão XIII, acolhendo benignamente o pedido do exm. e considerando quer o bem daquellas almas, quer o incremento daquella diocese, com o voto favorável e pleno consentimento dos Superiores da Ordem Franciscana, commettem a inteira jurisdição do mesmo exm. e revdm, bispo por tempo que aprouver á Santa Sé, ambos os conventos pertencentes á mesma Ordem de S. Francisco – quer o que está próximo da Victoria chamado de Nossa Senhora da Penha, quer o que se acha na mesma cidade de Victoria e tem por título de São Francisco, recommendando á sua pastoral solitudine, juntamente com as igrejas (comprehendido o mesmo santuário da Penha) oratórios, prédios, renditos juro, ônus, annexos e quaesquer cousas referentes aos supraditos conventos, com o livre poder de administrar todos esses bens e usufruil-os em utilidade da sua diocese, quavis exceptione remota. Petrópolis. 13 do mez de dezembro de 1898. José, arcebispo de Thessalonica. Internuncio Apostólico. Monsenhor Sibilia, auditor (O Estado do Espírito Santo, 17 mar. 1899; RÖWER, 1957, p. 67).

Ainda de acordo com Röwer, esse decreto foi emitido sem consulta ao frei João do Amor Divino Costa, o único frei vivo que ainda restava da Província da Imaculada Conceição. Frei João Costa entrou com uma ação contra o bispo do Espírito Santo, que já havia ocupado os conventos pertencentes à Ordem franciscana (SILVA, 2000, p.128).

Entretanto, para frei Clarêncio Neotti era tarde demais, a única garantia de manutenção da propriedade dos franciscanos seria a efetiva ocupação dos respectivos conventos pelos freis advindos da Alemanha<sup>8</sup>. Mas a preferência destes não foi ocupar os antigos conventos, e sim abrir novas residências. O convento da

<sup>7</sup> Mitra diocesana ou cúria diocesana é o organismo administrativo que cada diocese possui, composta pelas suas principais autoridades. A Mitra Diocesana de Vitória foi criada a 15 de novembro de 1895.

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://www.franciscanos.org.br/v3/instituicao/historia/historia2.php>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

Penha em Vila Velha só voltaria a ser ocupado em 1942, quando o bispo D. Luis Scortegagna devolveu-o para a Ordem franciscana (SILVA, 2000, p. 135).

Em 14 de setembro de 1901, a suprema autoridade da Ordem franciscana decretou restauradas as duas Províncias do país, por já haver número suficiente de religiosos e de novas casas fundadas ao longo do território (RÖWER, 1951, p. 306).

De acordo com o Livro de Visitas Pastorais (1897-1901), os primeiros anos dos conventos de São Francisco e da Penha sob tutela da Diocese foram marcados pela tomada e regularização da documentação de ambas as construções conventuais e pela demarcação dos seus terrenos, incluindo suas respectivas alfaias, constando das imagens sacras, objetos de culto e mobílias.

Segundo Bahiense (1951, p. 136), o bispo encontrou o convento da Penha fechado, com as chaves em posse do sacristão João Ramiro, residente em Vila Velha. Mas a imprensa da época, publicou dia 28 de maio de 1897, no jornal Comercio do ES, p.1, referência apenas ao recebimento festivo lhe concedido por “Padre Antunes, por diversos cavalheiros e grande concorrência do povo, sendo saudado na sua passagem por numeroso grupo de senhoras”. D. Nery instaurou a festa à Virgem da Penha em 10 de abril de 1899, tradicionalmente, na primeira segunda-feira depois da Páscoa (NOVAES, 1969, p. 348).

Diante da deliberação da Internunciatura apostólica, a 14 de março de 1899 o Bispado tomou posse do convento de Nossa Senhora da Penha, sendo lavrado auto de posse providenciado o arrolamento de tudo que lá se encontrava (BAHIENSE, 1951, p. 136-137). O convento passou a ter atividades diárias, como missas e atendimento aos romeiros.

Não foram tomadas medidas imediatas com relação ao convento de São Francisco de Vitória; em sua visita pastoral, o bispo teve o cuidado de inventariar todas as alfaias, imagens e mobílias, separando as que pertenciam à Ordem Terceira da Penitência e aos devotos de São Benedito que lá permaneceram instalados. Não houve empenho da autoridade diocesana em reformar tal edificação durante o período em que D. Nery esteve no cargo, até 19 de janeiro de 1901, quando tomou

posse da recém-criada Diocese de Pouso Alegre em Minas Gerais (CARNIELLI, 2006, p. 309).

Durante todo esse período, o convento de São Francisco, que já havia sido requisitado inúmeras vezes pela administração da cidade, continuaria sendo visto como uma possibilidade de novas e futuras adaptações, instalações e usos, mas não por seu valor religioso e histórico. De acordo com o Livro de Provisões (1909-1914, p. 40), isso não ocorreu só com o convento, mas com a igreja de São Tiago, transformada em palácio do governo<sup>9</sup>, a da Misericórdia, em Assembléia Legislativa<sup>10</sup> (inaugurada em 1912) e o convento do Carmo em Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (NOVAES, 1949).

### **Os franciscanos e o segundo bispo - Dom Fernando de Souza Monteiro (1901 a 1916)**

Esta situação de abandono do convento só se agravou com a eleição do segundo bispo diocesano do Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, em uma importante família da elite local, irmão do governador Jerônimo Monteiro – ele mesmo responsável por grande parte das transformações dos edifícios religiosos mencionadas anteriormente (MICELI, 1988, p. 68). Assim, ao longo de seu episcopado, estreitou-se a articulação política entre a representação eclesiástica e a administração pública da cidade que, em busca de uma modernização da cidade, promoveu demolições e novas construções, consolidando um traçado que remodelou a cidade, desde seu aspecto físico e

---

<sup>9</sup> “Do Dr. Justeir Norbert para o cc/ do Dr. Jerônimo Monteiro, saldo pela desapropriação da igreja S. Thiago em dezembro no valor de 20:000000. 24/05/1912. Novaes cita a Lei n. 638 de 21/12/1909, no seu § único, autorizava o presidente do Estado a negociar com o Bispado a desapropriação da igreja de São Tiago junto ao Palácio, a fim de reconstruí-la e adaptá-la a Repartição Pública que não mais se continham nas estreitas dependências, até então alojadas. Tratava-se de um templo arruinado, cujo interior sofrera o pavoroso incêndio de 1796. NOVAES, 1969, p. 185.

<sup>10</sup> Desde 1905, havia Monsenhor Eurípedes Pedrinha apresentado um projeto de desapropriação da igreja da Misericórdia de propriedade da Santa Casa por 50:000\$000 em benefício do Hospital. Para a autora, sobrinha do bispo e do governador do Estado “tratava-se de um templo em ruínas e que atravancava a Praça Dr. João Clímaco, como o Governo precisava construir o edifício do Congresso Legislativo próximo do Palácio do Governo, o Dr. Jerônimo resolveu realizar a desapropriação, já aprovada. “Ali nada havia de histórico”. Sua demolição se iniciou em 18 de abril de 1911. NOVAES, 1969.

geográfico ao social e político, transformando principalmente a vida religiosa, que nos interessa mais particularmente.

Carnielli (2006, p. 315), relata que D. Fernando tomou posse em março de 1902. E certamente não é coincidência o fato de que as reformas na capela de Nossa Senhora das Neves foram interrompidas justamente nesse mês, pois, encontramos dia 19 de março de 1902, no jornal Comercio do ES, a publicação: “A esforços da Devoção de Nossa Senhora das Neves, ultimamente creada nesta capital, acha-se em concertos a respectiva capella” e não mais encontramos registros da continuidade dessas reformas.

O novo bispo não podia, no entanto, se queixar de falta de recursos: durante a permanência do seu irmão no poder, D. Fernando conseguiu levar a cabo suas iniciativas, angariando recursos para obras como a construção do prédio para o Colégio Diocesano, dirigido pelos redentoristas; para o novo prédio da Santa Casa de Misericórdia; para a reforma do convento do Carmo; e para a fundação do Asilo Coração de Jesus naquele mesmo convento (MICELI, 1988, p. 70).

O bispo pediu, em 1906, ao Núncio Apostólico autorização para alienação da igreja da Misericórdia e para a entrega do convento de São Francisco, que seguia em ruínas, juntamente com os terrenos adjacentes, aos padres da Congregação do Verbo Divino, que já estavam em Cachoeiro (NOVAES, 1969, p. 358). Na mesma época, encontramos no Livro de Portaria e Ordens Episcopais (1897, p. 94), que ele designou que as rendas do convento da Penha “fossem aplicadas não só ao culto, como às necessidades gerais da diocese e particularidades do bispo diocesano”.

O bispo não realizou investimento algum no convento de São Francisco, embora as devoções e irmandades lá permanecessem instaladas, sob os olhares da diocese. O objetivo principal do bispo, na época, em relação ao convento, nos parece ser, de fato, para a regularização dos terrenos. E ele obteve, em 1909, autorização da Nunciatura para transferir o convento com os anexos terrenos à Congregação do

Verbo Divino, que deveria, em troca, restaurar a igreja e cuidar do culto, além de construir um colégio secundário<sup>11</sup> (Documentos da Santa Sé 1897-1913).

Parece-nos que D. Fernando não vendeu, simplesmente, o convento de São Francisco, como fez com outras igrejas da cidade (como a de São Tiago e da Misericórdia, como vimos antes), pelo fato dos terrenos não estarem legalizados. Não é à toa que encontramos no Livro de Caixa (1910-1917), registrado dia 14/09/1911, p. 23; e no dia 01/05/1913, p. 68, tantas despesas com mapas e com profissionais para estabelecer os terrenos tanto do convento de Vitória como o da Penha, divulgados inclusive na página 2, do jornal Diário da Manhã, em 22 de setembro de 1912.

Sobre o cenóbio franciscano, é muito provável, também, que a interdição dessa venda tenha sido influenciada pelo fato de que as irmandade e devoções lá instaladas contavam com membros importantes da política local.

### **O terceiro Bispo - Dom Benedicto Paulo Alves de Souza (1918 a 1933) e a demolição do Convento de São Francisco de Vitória - ES**

D. Fernando faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de março de 1916 e foi sepultado junto ao altar do antigo convento do Carmo de Vitória. Nesse ano, a Diocese do Espírito Santo estava sendo administrada pelo Superior dos Lazaristas, Pe Francisco Pimenta (NOVAES, 1969, p. 397), até a eleição do paulista D. Benedicto Paulo Alves de Souza como terceiro bispo do Espírito Santo, em 1917. Ele chegou a Vitória no ano seguinte e permaneceu durante 15 anos à frente da diocese (CARNIELLI, 2006, p. 319).

Logo após sua posse, decidiu pela demolição da antiga igreja Matriz, (que havia sido elevada a catedral), para construção de uma nova catedral, em estilo neogótico. Mas em relação ao convento de São Francisco de Vitória, apesar de reconhecer a necessidade de restaurá-lo, o novo bispo não tomou providências com esse fim.

---

<sup>11</sup> No Rio de Janeiro através dos artigos de Medeiros e Albuquerque divulgava-se no O Século atacava a direção do Ginásio Espírito-Santense confiada a uma Congregação Religiosa, embora fosse reconhecida a cultura dos padres do Verbo Divino, dedicados à educação da juventude. Formados na Alemanha e na França, tinham diversos cursos. E o Ginásio estava sob fiscalização federal (NOVAES, 1969, p. 149).

Acreditamos que essa atitude em muito se explique pela decisão de se construir a nova catedral, que canalizaria todos os recursos arrecadados pela Igreja.

Enquanto isso, o convento seguia em ruínas. No entanto, algumas festas religiosas eram realizadas lá, ou a partir de lá, como procissões. Ele continuava ocupado pelos devotos de Nossa Senhora da Conceição, que zelavam pela igreja conventual, diante da ausência dos freis, além dos irmãos da Ordem Terceira da Penitência, em sua capela própria.

Existiam ainda os remanescentes da antiga Irmandade de São Benedito, instalados no convento, desde 1919 sob a invocação de Santo Antônio dos Pobres. Esses laicos eram responsáveis pela sobrevivência física – e simbólica do convento. Os membros da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, que já existia desde 1917, fizeram um verdadeiro mutirão para a reforma interna do cenóbio franciscano para deixá-lo “capaz do início das celebrações dos ofícios religiosos”, como anunciado no Diário da Manhã, dia 1º de janeiro de 1920, p. 2. Então, após essa reforma, o bispo pôde benzer o templo e celebrar missa, e houve também quermesse de brindes, de acordo com as antigas tradições da cidade. Sendo necessário continuarem as obras da sacristia e da fachada da igreja conventual, a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres continuou a pedir doações, como anunciado no Jornal Diário da Manhã, do dia 6 janeiro de 1920.

Da mesma forma que as doações ergueram no século XVI o convento São Francisco, este assim se manteve ao longo da sua história. No século XX, esta ação se repetia através de todo tipo de oferta, desde a imagem do orago da irmandade, até os vasos para as flores da igreja (Ata de Santo... 1919-1937). Registra-se nesse momento uma nova forma de arrecadação de dinheiro para a igreja, através também de espetáculos teatrais.

Encontramos no jornal Diário da Manhã de 11 de janeiro de 1920, p. 3, que o teatro Melpômene fora gentilmente cedido para a realização de um espetáculo em benefício “das obras de S. Francisco”. Com o dinheiro arrecadado, no mês seguinte, puderam iniciar as obras de restauração da fachada da igreja conventual, bem como da sacristia e do consistório (Diário da Manhã, 29 fev. 1920, p. 3).

Apenas três anos após esse restauro, continuando a existir a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, promovendo atividades religiosas e festas para seu orago, um sacerdote da cidade, desejoso de instalar um orfanato para crianças órfãs, conseguiu apoio do bispo D. Benedicto para sua instalação nas dependências do cenóbio franciscano. É unânime entre os historiadores que a idéia de se instalar um orfanato nas dependências do convento surgiu desse padre, Leandro Dell’Uomo, missionário italiano que era secretário do bispo<sup>12</sup>, e que já teria a suas expensas dez órfãos (NOVAES, 1969, p. 409).

O padre ocupou então, o convento com seus órfãos, ainda que de forma provisória. Nas Atas da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres na época, não encontramos menções a essa ocupação, não sabemos por que motivo. E nem tampouco nos documentos das outras devoções.

A cerimônia de inauguração do orfanato, que inicialmente tinha o nome de Sagrado Coração de Jesus, foi notícia no Diário da Manhã do dia 15 junho de 1926, p. 1, registrando a presença do “Presidente do Estado, dr. Florentino Avidos, D. Benedicto Paulo Alves de Souza, secretários do governo, autoridades membros do clero, e inúmeras pessoas de destaque”. Padre Leandro organizou um programa de festas, com missa, bênção do prédio novo, bem como das oficinas (havia uma de sapataria e uma tipografia), e lançamento da pedra fundamental do edifício.

Naquele período, as manifestações acerca da ocupação, remodelação e conseqüentes demolições do conjunto arquitetônico de São Francisco eram raras vezes noticiadas. Os olhares sempre se voltavam para a importância de acolher os órfãos da cidade, como lemos no Diário da Manhã de 23 de abril de 1926, p. 2: “Menores abandonados e delinqüentes”, a importância de dar abrigo às crianças desprovidas da sorte, evitando assim a formação de delinqüentes, conforme a lógica/ideologia da igreja e da elite da época. Não se tem quase notícia de manifestações contrárias ao estabelecimento do referido orfanato. Pelo contrário, padre Leandro Dell’Uomo é visto como aquele que solucionou um problema social grave que crescia na cidade. Um exemplo é a manifestação do redator chefe do

---

<sup>12</sup> Ele chegara ao estado em 1915, depois de ter estado em algumas paróquias de São Paulo. Portarias e Ordens Episcopais 1913-1918, p. 97v. Logo se tornou secretário do bispo e coletor de ofertas dos fiéis para as obras da catedral (Questionário respondido à mão em Itapemirim pelo padre Leandro Dell’Uomo em 25/07/1917).

Jornal Diário da Manhã, Carlos Xavier Paes Barreto, sob o título “Restos do Passado”: “Perto do cenóbio franciscano, convertido agora em oficina de trabalho, dirigida pelo padre Leandro, no que o edifício não mudou de destino, pois trabalhar é também uma forma de prece” (Diário da Manhã, 14 jan. 1926, p. 1).

Em contrapartida, no final desse mesmo ano, um devoto do convento publica uma nota intitulada “Coisas do Passado” com uma forte crítica às alterações e à nova utilização do convento São Francisco: “Em Victória infelizmente que vae se extinguindo quase por completo o espírito conservador do nosso patrimônio tradicional; e essa moda geral no paiz acredito que, nesse, particular, ninguém nos excede”. Seu autor, Francisco Amalio Grijó, foi membro da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres e esteve empenhado na reforma do convento. Ele prossegue, fazendo um balanço do estado de conservação do convento:

[...] nos resta o remanescente do vestuto do Convento de São Francisco, isto é, apenas a Capella, por que o refeitório, claustro, sacristia, celas e demais dependências, já não existem. Apenas está de pé em regular estado, a capella. O altar mor primitivo que é um primor de obra de entalhe, a chamar atenção dos poucos visitantes que ali apparecem felizmente ainda não foi profanado pela mão destruidora dos reformadores com consciência [...] Mais tarde, como atesta o estylo differente foram construídos dous altares no corpo da igreja ainda hoje em bom estado de conservação (Diário da Manhã, 24 nov. 1926, p.3).

Em janeiro de 1927, o diretor do Orfanato pediu autorização ao bispo D. Benedicto para mais obras, dessa vez para reconstruir a parte dos fundos da igreja de São Francisco, deixando no térreo a sacristia e uma sala para as reuniões da Irmandade, e ficando com a parte de cima para o orfanato. Ao que nos parece, as novas construções seguiam-se lentamente, provavelmente devido às despesas que se faziam necessárias, ora com os órfãos, ora com as obras que não acabavam. Para todas as obras, o bispo pedia sempre que o padre entrasse em “entendimento com as irmandades e devoção lá existentes” (Livro de Provisões 1922–1931, 18/03/1931, p. 133).

Essas obras também foram executadas através de verba conseguida junto ao Governo do estado, que desde novembro de 1930 era ocupado pelo capitão João

Punaro Bley, interventor federal no Espírito Santo<sup>13</sup>. Segundo Maria Stella de Novaes, Punaro Bley “*auxiliou*” com 100 Apólices na construção do Orfanato Cristo-Rei (NOVAES, 1969, p. 427).

No entanto, temos outro entendimento, na medida em que foram penhorados, através desse empréstimo, não somente o que restou da antiga arquitetura seiscentista franciscana, mas mais que isso, tudo o que nele continha de mobiliário, alfaias e imagens, tanto na capela dos Terceiros, que fora alterada para ser capela do orfanato, como na igreja conventual demolida, como veremos. Não entendemos, portanto, essa ação do governo como “auxílio”. Se verificarmos a documentação referente ao “Movimento de apólices no período da Interventoria Federal” mais de perto, segundo o balancete publicado no dia 8 de março de 1933, p. 1, pelo Diário da Manhã, então órgão oficial do Estado, encontraremos a concessão de um empréstimo, com arrolamento de juros, comprometendo toda edificação que envolvia o antigo Convento e as novas obras erguidas, trazendo sérias e futuras dívidas para o Orfanato:

Em 21/02/1931, **100** (cem) ditas **apólices** ao Padre Leandro Dell’Uomo, a **titulo de empréstimo** ao Orphanato Cristo-Rei, totalizando uma dívida de 1000:000\$000. Pela escriptura de 5 de janeiro de 1931, o Estado concedeu um empréstimo de 100 apólices de um conto de réis, juros de 8% ao Orphanato Christo Rei, garantindo em primeira e especial hypotheca de todo o prédio situado no Morro de S. Francisco, com uma parte em construcção, todo de alvenaria de pedra e tijolo em terreno do Bispado desta diocese, onde actualmente se acha instalado o Orphanato (grifo nosso).

A cobrança dessa dívida para com o governo estadual envolveu o bispado. Em 14 de outubro de 1933, D. Benedito de Sousa renunciava ao bispado, em seu lugar assumiu Dom Luiz Scortegagna (1933 a 1951). Em carta ao novo bispo no final daquele ano, Pe. Leandro Dell’Uomo escreveu que “não podendo mais continuar a carregar a cruz pesadíssima do orphanato”, ele encaminhava um plano com sete itens para sanar as dívidas. Ele ressaltava a manutenção dos órfãos e pedia que uma outra congregação tomasse a frente da instituição e que se cobrasse dela uma quantia em adiantamento para ajudar na quitação da dívida com o Estado. Ele

---

<sup>13</sup> Ele ocupou o cargo até janeiro de 1943. Ver, a esse respeito, FRANCO e HEES, 2005, p. 91.

lembrava ainda do compromisso das 42 missas anuais que o orfanato tinha pelos benfeitores vivos e falecidos<sup>14</sup>.

No contrato feito entre as partes (Pe Leandro Dell'Uomo e a Congregação da Divina Providência) no artigo 3º descreve que

A Igreja de S. Francisco, edificada em parte e restaurada pelo padre, servirá para o uso do Orfanato e será aberta ao público pelos revmos. padres da Divina Providência, que obedecerão ao estabelecido entre a autoridade diocesana e o padre Leandro a respeito das Irmandades e Devoções na mesma Igreja.

Preocupado com a difícil situação do orfanato, Pe. Leandro relatou em uma carta datilografada ao Bispo D. Luiz Scortegagna (em 17/07/1935), que em caso do não pagamento da dívida contraída, ele seria obrigado a convocar todos os credores para que se valessem dos bens existentes como forma de pagamento, e ressaltava ainda que aquele capital era dez vezes maior que toda a dívida, já que incluía máquinas tipográficas, sapataria, além das construções e do mobiliário lá existente.

Vale destacar que nos documentos encontrados, sejam cartas ou contratos, não existe manifestação que relacione pedidos de preservação ou cuidados para com as alfaias do antigo convento franciscano, nem de que os mesmos fossem mantidos ou protegidos. Não encontramos menção a translados das imagens da capela da Ordem Terceira, com as alterações e conseqüente demolição do seu altar-mor, nem transferência das imagens e alfaias da igreja de São Francisco.

Entendemos que tudo o que pertencia ao convento ficou nas mãos daqueles devotos que o ocupavam, revezando-se nos cuidados para com a antiga capela dos Terceiros da Penitência que ainda continha imagens sacras e alfaias e que passou a servir de capela para o orfanato. Em 1935 a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres se reuniu, e na presença de: Horácio Machado, Sebastião Bento da Silva,

---

<sup>14</sup> Carta datilografada e assinada pelo Pe Leandro à D. Luiz Scortegagna em 4/12/1933. Com balancete: para receber: 418:943\$000 e para pagar: 306:000\$000. Documento Avulso. Cúria Metropolitana. Em 12/06/1934, Pe Leandro pede a D. Luiz Scortegagna a quantia de 1:500\$00; este empresta 1:000\$000. Em 31/07/1934, Pe Leandro comunica a todos os benfeitores que o diretor do orfanato é o Pe Lino Cantoni da Congregação da Divina Província, mas que ele ainda deverá saudar a dívida do orfanato. No contrato feito entre as partes (Pe Leandro e a Congregação da Divina Providência) no artigo 3º descreve que “a Igreja de S. Francisco, edificada em parte e restaurada pelo padre, servirá para o uso do Orfanato e será aberta ao público pelos revmos. padres da Divina Providência, que obedecerão ao estabelecido entre a autoridade diocesana e o padre Leandro a respeito das Irmandades e Devoções na mesma Igreja”.

Horácio Francisco do Nascimento, Honorino Ignácio dos Passos e Delmindo Freire, e decidiu por mais reformas nesta capela, a pedido do padre Leandro, que, em andamento, se concretizaram em 1937, com a total remodelação interna da mesma<sup>15</sup> (Ata de Santo...15/09/1935, p. 34v).

No mesmo ano de 1937, devido à gravidade do seu estado de saúde, Pe. Leandro entregou o orfanato definitivamente a D. Luiz Scortegagna, e morreu em dezembro do mesmo ano. Este, por sua vez convidou Dr. Alberto de Oliveira Santos para assumir a direção do orfanato (História do orfanato, escrita pelo provedor Arnulpho Mattos em 1957, endereçado ao então bispo D. João Baptista Albuquerque).

Na declaração que deixou antes de morrer, padre Leandro ressaltou que o bispo D. Benedito Alves Ihe havia dado autorização para, na qualidade de fundador-diretor do Orphanato Jesus Christo Rei, construir sede, dependências e serventias do mesmo, tudo no terreno do bispado e que haviam sido aplicados nas mencionadas obras, serviços e instalações todos os recursos angariados até aquele ano (Documento Avulso, 1937, p. 1-3).

Ele declarou ainda que pertenciam ao Bispado tanto o terreno como as benfeitorias com todos “seus elementos, inclusive móveis nele mantidos ou empregados, nos termos respectivamente dos arts. 547 e 43, ns II e II do Código cível”. E acrescentou que o orfanato poderia ser transferido para outra localidade, podendo se reorganizar a arrecadação. Assim, ele pedia que, quando possível, se prosseguissem as obras paralisadas, lembrando das obrigações espirituais assumidas pela instituição.

O padre relacionou as obras e pertences do orfanato, mas nada referente às igrejas, e ainda lembrou que em parte estão “hypothecados ao Governo do Estado do Espírito Santo, em garantia de um empréstimo de cem (100) apólices Estaduais da dívida pública, de um conto de reis cada uma”. Padre Leandro Dell’Uomo não conseguiu pagar a dívida assumida em 1931 com o governo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Dr. Mário Aristides Freire foi o intermediário perante o governador do Estado, Capitão João Punaro Bley, que doou os ladrilhos para o piso (124m<sup>2</sup>). Era promotor Delmindo Freire e o secretário, Horácio Machado. Ata de Santo Antônio dos Pobres, 01/5/1936, p. 36.

<sup>16</sup> O Orfanato assume personalidade jurídica em 7/01/1942, de acordo com o registro 3999, regido pelos seus estatutos e D. José Joaquim Gonçalves transferiu-o em 1960 pra Campo Grande. Uma Certidão do Cartório do 2º Ofício de Notas, de 18/03/1948, determina o Seqüestro dos Bens do Orfanato Cristo Rei, devido às dívidas

Outra polêmica que também envolve o padre Leandro Dell'Uomo diz respeito aos sepultamentos nos terrenos do convento ocupados por cemitérios. Para frei Röwer (1957, p. 68), além de desmontar todo o convento e sua igreja, aquele padre não poupou nem a sepultura dos ossos de frei Pedro Palácios. De fato, iniciadas as obras de demolição do convento como um todo, somente depois de 1926 é que são abertas as sepulturas localizadas dentro da igreja, sendo removidos os ossos das urnas localizadas nas laterais do altar da igreja conventual, bem como das ossadas do claustro. E para isso, a prefeitura construiu um ossuário geral no pátio do antigo convento, encimado por uma coluna tendo ao alto uma imagem em bronze de Nossa Senhora da Conceição. Consta que foram então removidas para esse local as ossadas dos freis enterrados na igreja, dentre eles frei Pedro Palácios<sup>17</sup>.

Outro fato que ocorreu nas imediações no antigo Convento de São Francisco de Vitória, e que também acreditamos ter relações com tantas demolições e reformas, a partir de metade dos anos 30, diz respeito à apreensão de armas de fogo e munições que estavam escondidas nas construções inacabadas do orfanato e da própria antiga Capela dos Terceiros, de acordo com informações contidas na Portaria nº 5, da Chefatura de Polícia do ES, em 4 de setembro de 1938<sup>18</sup>.

Aconteceu que, através do auto de apreensão nº 55, de 1938, o delegado recolheu munição bélica encontrada pelos órfãos enquanto estes brincavam numa calha em construção, e, como resultado das investigações, descobriu-se que tal munição esteve escondida no “alto da igreja”, em portas falsas, em armários e em forros do pavilhão<sup>19</sup>. Além disso, de uma caixa d'água subterrânea foram retirados documentos da Ação Integralista. Havia núcleos da Ação Integralista no ES, a

---

contraídas durante seu funcionamento. Documento avulso, descrito em forma de histórico pelo provedor Arnulpho Mattos em 1957 endereçado a D. João Baptista da Motta Albuquerque.

<sup>17</sup> O Guardião frei Antonio da Estrela recebeu ordens do Custódio frei Leonardo de Jesus para realizar o traslado de frei Palácios para o convento de Vitória, narra Jaboatão “e recolhidos em um túmulo de pedra lavrada na capela do seráfico S. Boaventura”; na face do túmulo encerrado na parede, foi colocada a mesma tampa que cobria a sepultura no alpendre da ermida da Penha “Sepultura do santo frei Pedro Palácios, natural do Rio Seco em Castela, fundador desta hermita, que assim na vida, como depois da morte, floresceu com milagres. Faleceu na era de 1570.” RÖWER, 1965, p. 31-32.

<sup>18</sup> Foi fotógrafo: Álvaro Santos. Chefe de gabinete: Danglars Ferreira da Costa. O Escrivão Manuel Borges deu cumprimento às determinações da Portaria. O Delegado da Ordem Política e Social era Jurandir Ribeiro de Oliveira.

<sup>19</sup> Foram indiciados a depor, os padres Ponciano Stenzel e Fulgêncio Vinci; a religiosa Emília Gonçalves Fontes, Lamberto Dell'Uomo, Aristides Biazati Taquete, Nordelino Rodí Pinto, Antonio Vicente de Alencastro Lopes, e os órfãos: José Carlos Ribeiro de Souza, Antonio Silva, João do Carmo, Yvonildo Meirelles, Ângelo Jacinto Bulado. Examinou as armas: Jaime Duarte do Nascimento e Agenor Teixeira da Mota.

exemplo de Muqui, Baunilha e Floresta em Cachoeiro do Itapemirim, onde esteve padre Leandro Dell’Uomo, que também recebeu críticas dos moradores por promover o integralismo nos sermões por ele proferidos. D. Scortegagna recebeu um abaixo-assinado com 186 assinaturas de moradores do distrito de Floresta, contra pe. Leandro em 27 de maio de 1937.

Não é nosso objetivo averiguar tal fato, mas nos interessa observar a intensificação das demolições da área conventual que se manteve nos dois anos seguintes.

Este desmonte foi confirmado em dezembro de 1940, quando frei Röwer (1957, p. 68) esteve em visita aos conventos de São Francisco de Vitória e da Penha para redigir seu livro “Páginas de História Franciscana”, e relatou que encontrou apenas ruínas do antigo convento. De pé, permanecia – e ainda permanece – apenas o frontispício do convento<sup>20</sup>.

A antiga capela-mor da igreja conventual foi dividida em dois compartimentos, segundo Röwer (1957, p. 68), e “da capela da Ordem Terceira aproveitaram-se as muralhas, alteradas e prolongadas através do corpo da igreja conventual, que foi demolida para se tornar a capela provisória do orfanato”. Havia, em meados do século passado, dois acessos para essa capela: externamente, pela porta ao canto, recoberta por pequeno e modesto alpendre, que ainda se encontra de pé; e internamente, pela igreja conventual. Mário Freire assim descreve essa passagem: “um grande arco, com pesada grade artística de balaustrada, tendo na parte inferior a portada, que abria em duas partes, para os lados” (FREIRE, 1954). Nada disso existe mais.

Em 1950, o então representante do SPHAN, o arquiteto André Carloni, elaborou um plano de restauro do frontispício do convento de São Francisco, incluindo seu alpendre. Em 1960, com a transferência do orfanato para o município de Cariacica, novas obras foram levantadas para abrigar as novas ocupações daquele espaço, como a instalação da Residência Episcopal, e ainda, em 1963 da Rádio Capixaba, ficando até 1973 (MAIA, 1987, p. 67).

---

<sup>20</sup> Tombado pelo CEC em 03/05/1984. Processo n. 04/82. Inscrição no Livro Histórico n. 76, Folha 09.

Em 1967, foi transferido para a antiga sacristia da capela da Ordem Terceira o Arquivo do IPAV (Instituto da Pastoral da Arquidiocese de Vitória) e de 1970 a 76 o espaço foi ocupado pelo Colégio Agostiniano. De 1977 a 81, funcionou a gráfica da Arquidiocese, até que em 1981 as irmãs Carmelitas (15/10/1981) vindas do Rio de Janeiro passaram a residir nas dependências do antigo orfanato, e a utilizar a antiga capela da Ordem Terceira até 1989. A Residência Episcopal foi transferida em 1985 para a Ponta Formosa, na Praia de Camburi, permanecendo nos terrenos, os gabinetes administrativos dos departamentos da Mitra Arquidiocesana de Vitória.

### **Considerações Finais**

Testemunhas do passado, os remanescentes da arquitetura do convento de São Francisco de Vitória nos mostram a trajetória da Ordem franciscana em uma cidade fortemente marcada pelo desmonte de igrejas. Essa tendência se iniciou com a instalação do bispado e foi aliada a interesses do governo do Estado, ambos comungando de pensamentos e ações em comum. A presença de ordens religiosas tradicionais e de associações de laicos tradicionais não correspondia à nova face da Igreja e nem do Estado que se pretendia modernizador e afastado do passado colonial. No entanto, é interessante observar que a demolição não foi total. A fachada permaneceu, e hoje, por trás dela, funciona a Cúria Metropolitana.

Notamos que as fontes de tipo jornalístico, com seus preciosos indícios sobre as práticas religiosas laicas, demonstra-nos como as notícias relativas à Igreja eram importantes na sociedade da época, fazendo parte do cotidiano da cidade. No entanto, esses textos tampouco são anteriores ao século XIX. Além disso, eles privilegiam sobretudo as manifestações religiosas das camadas mais altas da sociedade – as que eram suas leitoras. Sendo assim, elas possuem algumas particularidades que devem ser levadas em conta, o que não diminui em nada a sua importância.

Considerando que a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN se deu em 1937 e a demolição do convento teve início em 1926, podemos afirmar que não havia nesta época, por parte do Estado, discussão, interesse ou

iniciativa relacionada ao patrimônio nacional, estadual ou municipal, que intervisse na sua demolição. No entanto, ainda aberta para vias de pesquisa, podemos supor que houvesse resistência por parte das Irmandades, especialmente dos integrantes da Ordem Terceira da Penitência, e os representantes da Irmandade de São Benedito que resistiram, e se mantiveram instalados no lugar.

A Igreja embora tenha registrado a edificação em seu livro do Tombo, não considerava nem o valor de antiguidade para preservação, uma vez que o Convento datava do século XVI; nem o valor de uso e pertencimento da Ordem Secular franciscana, bem como das associações laicas, a exemplo das Irmandades.

Mesmo demolido em sua maior parte, conhecer a trajetória do Convento de São Francisco de Vitória, vale a pena, pois o que restou da sua secular construção faz parte do patrimônio histórico, artístico e religioso do estado. E, ao estudá-lo nos deparamos com a descoberta de traços importantes da história, da cultura e da religiosidade capixabas.

### Referências Bibliográficas

BAHIENSE, Norbertino. *O convento da Penha*. Vitória: IHGES, 1951.

CARNIELLI, Adwalter Antônio. *História da Igreja Católica no estado do Espírito Santo: 1535-2000*. Vila Velha: Comunicação Imprensa, 2006.

*Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo*. Vitória: Massao Ohno, 1987.

FREIRE, Mário A. A Ordem Terceira da Penitência em Vitória. *Revista Vida Capichaba*, ano 32, n. 645, mar. 1954.

MAIA, Luciane Musso. *Preservação do Convento de São Francisco*. 1987. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1987.

MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife: UFPE, 1976.

NEOTTI, Frei Clarêncio. Coleção Centenário 8: *Cem Anos - Memória, Celebração e Renovação*. Ed. Vozes, 1991.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Carmo*. Vitória: IHGES, 1949.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1975.

RÖWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1957.

\_\_\_\_\_. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1947.

\_\_\_\_\_. *História da Província da Imaculada Conceição*. Petrópolis: Vozes, 1951.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SILVA, Edson Armando. *Identidades Franciscanas no Brasil: A Província da Imaculada Conceição – entre a Restauração e o Vaticano II*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2000.

### **Periódicos**

Comercio do ES, Vitória, 28 maio 1897.

Comercio do ES, Vitória, 19 março 1902.

Diário da Manhã, Vitória, 22 set. 1912.

Diário da Manhã, Vitória, 1º jan. 1920.

Diário da Manhã, Vitória, 6 jan. 1920.

Diário da Manhã, Vitória, 11 jan. 1920.

Diário da Manhã, Vitória, 29 fev. 1920.

Diário da Manhã, Vitória, 14 jan. 1926.

Diário da Manhã, Vitória, 23 abril 1926.

Diário da Manhã, Vitória, 15 jun. 1926.

Diário da Manhã, Vitória, 24 nov. 1926.

Diário da Manhã, Vitória, 8 março 1933.

### **Livros manuscritos - Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória**

Livro Registro de Histórico das Paróchias da Diocese do Espírito Santo 1894-1897.

Livro Tombo Paróquia Nossa Senhora da Conceição 1897-1947.

Livro Registro de Histórico das Paróchias da Diocese do Espírito Santo 1894-1897.

Livro de Visitas Pastorais 1897-1901.

Livro Portaria e Ordens Episcopais - 1897.

Livro Documentos da Santa Sé 1897-1913.

Livro de Provisões Nº II. 1909-1 914.

Portarias e Ordens Episcopais 1913-1918.

Livro de Caixa 1910-1917.

Livro de Provisões Nº IV. 1922-1931.

Atas da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres 1919-1937.

### **Documentos Avulsos – Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória**

Carta Pastoral do ano de 1897, de D. João Baptista Correa Nery.

Questionário respondido à mão em Itapemirim pelo padre Leandro em 25/07/1917.

Carta datilografada e assinada pelo padre Leandro Dell'Uomo ao Bispo D. Luiz Sacortegagna em 4/12/1933.

Carta datilografada e assinada pelo padre Leandro Dell'Uomo ao Bispo D. Luiz Scortegagna em 17/07/1935.

Abaixo-assinado contendo 186 assinaturas de moradores do distrito de Floresta, contra padre Leandro Dell'Uomo, por promover o integralismo nos sermões, endereçada a D. Scortegagna em 27/5/1937.

Carta de padre Leandro Dell'Uomo, declarando todos os recursos angariados até o ano de 1937.

Auto de apreensão nº 55, de 1938. Portaria nº 5, Chefatura de Polícia do Espírito Santo. Assinado pelo Delegado da Ordem Política e Social, Jurandir Ribeiro de Oliveira em 4/9/1938.

Documento avulso em papel timbrado - Escola Graphica do Orphanato Sagrado Coração de Jesus - Altos de São Francisco – Vitória - Estado do Espírito Santo.

Documento contando a história do orfanato, redigida pelo provedor Arnulpho Mattos em 1957, endereçado ao então bispo D. João Baptista da Motta Albuquerque.

O Estado do Espírito Santo, edital “Os Conventos”, Vitória, 17 de março de 1899.

### **Sobre os autores:**

Andrea Aparecida Della Valentina. Professora de Arte da rede pública municipal de Vitória, mestre em Artes pelo PPGA/UFES e doutoranda em Educação e Linguagem Visual pelo PPGE/UFES. Email: andreartedella@gmail.com

Aissa Afonso Guimarães. Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes - PPGA/UFES, pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UFES professora da UFES. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ. Email: aissaguimas@yahoo.com.br

Marcelo Mattos Gandini. Professor de Arte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES. Mestre em Educação pelo PPGE/UFES. Email: mmgandini@gmail.com